

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOANITA MOREIRA DE SOUZA LEAL

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTE ESCOLAR

CURITIBA - 2015

JOANITA MOREIRA DE SOUZA LEAL

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais setor da Educação da Universidade Federal do Paraná de Curitiba.

Orientador: Profº Drº Josafá Moreira Cunha.

CURITIBA – 2015

DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTE ESCOLAR

***Joanita M. de Souza Leal**

Formada em Pedagogia pela Facecla (Faculdade Cenecista de Campo Largo)

RESUMO

Este artigo focaliza as relações étnico- raciais, e na discussão sobre o papel de instituições escolares para prevenir e reduzir a discriminação e o preconceito racial, em especial nos contextos escolares. Considera como problema desencadeador de pesquisa o questionamento a respeito da forma como deve ser trabalhado as relações étnico raciais nas escolas para evitar que atitudes preconceituosas conscientes ou não por parte da equipe escolar e dos educandos perpetuem o preconceito racial e a discriminação. Tem como objetivo central analisar criticamente e discutir as ações discriminatórias em contextos escolares, avaliando a potencial de contribuição da escola para estabelecer relações étnico-raciais positivas. Busca resposta para a questão por meio de análise crítica da literatura. O resultado do percurso investigativo permite inferir que há um número crescente de propostas na literatura voltadas para a promoção da diversidade e redução de atitudes preconceituosas e discriminatórias no contexto escolar. Entretanto, professores muitas vezes ainda sentem-se despreparado para lidar com questões étnico raciais, silenciando-se e deixando margem para que atitudes preconceituosas sejam ainda um lugar comum em muitas escolas. Novos estudos devem investir em avanços na discussão de estratégias para a redução do racismo nas escolas.

Palavras-chave: Educação. Socialização. Preconceito racial. Discriminação.

ABSTRACT

This article focuses on ethnic-racial relations, especially on the role of schools to prevent and reduce discrimination and racial prejudice. It discusses how ethnic-racial relations could be improved in school settings, in order to prevent biased attitudes and behaviors, conscious or not, from school staff and students – which may replicate racial prejudice and discrimination. It mostly aims at reviewing and discussing the discriminatory actions in school settings, evaluating the potential school's contribution to achieving positive ethnic-racial relations. These issues are approached through a critical analysis of the literature on the issue. Results allows us to infer that there is a growing number of publications aimed at promoting diversity and reducing biased and discriminatory attitudes in the school context. However, teacher are often still unprepared to deal with racial ethnic issues, remaining in silence so that biased attitudes are still a common place in school contexts. Further research should investigate strategies to reduce racism in school settings.

Keywords: Education. Socialization. Racial prejudice. Discrimination.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 RACISMO, PRECONCEITO RACIAL E AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS.....	08
2.1 RACISMO.....	08
2.2 PRECONCEITO RACIAL.....	09
2.3 AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS.....	09
3 RACISMO E PRECONCEITO VÃO À ESCOLA.....	12
3.1 O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO E AS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS.....	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso parte da preocupação em prevenir e reduzir a discriminação e o preconceito racial, em especial nos contextos escolares. Tendo em vista a complexidade e amplitude do problema, propõe-se ainda a discussão de possibilidades de enfrentamento das consequências de ações discriminatórias no âmbito escolar

Este estudo terá como ponto de partida reflexões sobre a Cultura Afro-brasileira e Indígena permeando a micro história da nossa região, visando fazer com que o aluno perceba a força da cultura de negros/as e indígenas em todos os momentos cotidianos da sua vida, contribuindo dessa forma para o conhecimento e manutenção de sua história.

Este artigo recorre os dispositivos da Lei nº 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e também institui o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como sendo o dia Nacional da Consciência Negra, e também a Lei nº 11.645/08 que dá o mesmo direcionamento em relação a História e Cultura Indígena, em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental ao médio, ressaltando essas culturas como formadoras da sociedade brasileira.

As respectivas leis vem a reconhecer a importância do combate ao preconceito e discriminação bem como reduzir as desigualdades tendo a escola como função primordial na formação de indivíduos que saibam respeitar a diversidade étnica racial.

Como afirma Hasenbalg, 1992, p.12, apud Fúvia Rosemberg, “Os não brancos estão expostos à discriminação racial no mercado de trabalho e, de um modo geral, enfrentam uma estrutura de oportunidades sociais que os colocam em desvantagem relativamente ao grupo branco (...). Portanto, se sabemos que as chances de vida inferiores a que pretos e pardos são expostos, em decorrência do racismo passado e presente, começam no

momento da concepção e acompanham as pessoas ao longo de todo o seu ciclo de vida.”

Na educação Fulvia Rosemberg, (1998) baseada em suas pesquisas, discorda de que as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes negros ou pardos resume-se as situações socioeconômicas das famílias que faz com que as crianças e jovens abandonem a escola buscando trabalho para ajudar em casa.

Segundo a autora a diferença fundamental está no sistema em que difere uma escola para brancos e outra para negro. Para Regina P. (1993,p26) apud Rosemberg (1998, p. 83), baseada em resultados de denúncias de lideranças negras relata a escola como um “ambiente hostil” , indiferente aos problemas das relações raciais tanto escolares como sociais. “Este ambiente hostil tem sido detectado no currículo, no material didático das mais diferentes disciplinas, nas relações entre alunos e nas relações entre professores e alunos.”

Este estudo visa ir além da questão obrigatória das Leis, mas com ela valorizar as diversas etnias inseridas na escola e comunidade local, combatendo o preconceito racial e a discriminação, incorporando na prática pedagógica ações que estabeleçam o respeito entre os seres humanos independente de raça, cor, sexo e crenças religiosas.

2. RACISMO, PRECONCEITO RACIAL E AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS

2.1 RACISMO

O conceito de raça, segundo Guimarães, 1999, justifica-se somente como forma de classificação social baseada em uma atitude negativa frente a determinados grupos sociais. Sua realidade limita-se ao mundo social. O autor considera a existência do racismo por sua própria negação o que perpetua a discriminação e desigualdade racial.

A inexistência de políticas públicas de valorização racial pós escravidão veio a ser um fator determinante na exclusão social do povo negro.

As afirmações das Leis 10.639/03 e 11.645/2008 surgiram para confrontar a fundamentação da ideologia de Dominação Racial. Para Marilena Chauí (2001p. 25), “o silêncio ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava”.

Neste sentido as Leis são vistas como instrumentos de luta contra a desigualdade racial, a partir do momento em que as escolas contribuam efetivamente com a desconstrução desta ideologia formando indivíduos conscientes das desigualdades existentes e dispostos a propagar estes conhecimentos.

Também para Hélio Santos (2001) o racismo parte do princípio de que um grupo racial é superior a outro, bem como um grupo possui defeitos morais e intelectuais próprios.

Racismo para este autor pode ser definido como um comportamento de repúdio a pessoas que possuem características observáveis de seu pertencimento racial. Definido também como grupos de indivíduos que

propagam que uma raça é superior a outra, bem como o desejo de inferir sua crença com verdade única.

2.2 PRECONCEITO RACIAL

Segundo Zilá Bernd (1994) preconceito é um julgamento negativo prévio que apresenta como característica fundamental a inflexibilidade, pois se mantém sem levar em consideração fatos que o contestem. Refere-se a conceitos formados antecipadamente, inclui a concepção que se tem de si e do outro.

Para esta autora preconceito é quando o indivíduo se torna incapaz de aceitar a ideia do outro. Mantém sua ideia e não aceita argumentos que possam desconstruir a sua certeza. Este fato os leva a negação do preconceito, mas não mudando seu modo de pensar. Vivendo num processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que negam ser preconceituosos fazem piadinhas preconceituosas e admitem que não aceitariam o casamento de seu (a) filho (a) com pessoa negra.

Baseado nestes fatos pode considerar que as crianças manifestam seus julgamentos raciais devido ao contato com os adultos. O convívio com adultos preconceituosos

2.3 AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS

A discriminação racial vem a ser a prática que efetiva o racismo e o preconceito. Discriminar quer dizer distinguir, diferenciar, discernir. Para Teixeira (1992) a discriminação racial vem com o Mito da Democracia Racial, com a negação do preconceito e conseqüentemente a negação da própria discriminação racial, desencadeada por processos sociais que englobam fatores além do preconceito.

Segundo Teixeira 1992, a discriminação provocada por interesse tem a noção de privilégio como foco principal. Sendo assim um determinado indivíduo considerado superior a outro em relação a fatores sociais, étnico e raciais.

Segundo Souza (1997) estudos baseados em pesquisa realizada no Distrito Federal sobre questões estruturais como renda familiar, escolaridade e moradia constatou-se a questão do preconceito que delimita as classes média e baixa, tendo sido comprovado altos índices em relação a nordestinos e homossexuais em detrimento a preconceito com relação as mulheres e aos pobres. Constatou-se que ambas as classes condenam o preconceito racial e valorizam a miscigenação.

Na pesquisa citada verificou-se também discordância significativa entre as classes média alta e classe baixa nas seguintes questões: “o negro só é bom em música e esporte? ” e “alguns cientistas afirmam que os brancos são mais inteligentes que os negros” (Souza, 1997:117-143).

Baseado nestas respostas pode-se concluir que diferentemente do que se propaga no Mito da Democracia Racial não é que no Brasil não exista preconceito racial, o que existe conforme Florestan Fernandes (1972:23-26), o povo brasileiro tem “preconceito de não ter preconceito”.

Segundo Joaze Bernardino (2000) deve-se ter consciência ao analisar estas pesquisas no sentido da distância existente entre o que se fala pensado conscientemente e o que se vivência em sua prática cotidiana.

Para este autor algumas pessoas devido a questão legal e moral em se admitir qualquer tipo de preconceito o negam em suas atitudes cotidianas ou acabam por manifestar inconscientemente ou não algum tipo de preconceito.

Acredita-se que dizer que não existe preconceito já é uma forma de manifestação do mesmo. Pois, não se torna necessário implementação de políticas públicas para combater algo que supostamente não exista. Com isso percebe-se que a Democracia Racial veio a ser mais um dos muitos problemas que os negros precisam combater.

Buscar desmistificar o Mito da Democracia Racial, trazendo a luz todos os problemas enfrentados pelo povo negro que vem desde a herança da escravidão até os dias de hoje, dando voz a este povo tão discriminado, desvalorizado, através da valorização de sua história e cultura e sua contribuição para a formação da cultura nacional.

A discriminação tanto racial como social deve-se ao fato de que certos indivíduos se acham no direito de considerar-se superiores a outros baseados em fatores sociais ou étnicos. Como também pode ser entendida como uma herança da escravidão que os negros carregam até hoje mesmo que muitas vezes de forma mascarada.

3. RACISMO E PRECONCEITO VÃO À ESCOLA

Lembrando que objetivo principal deste trabalho é discutir as ações discriminatórias em contextos escolares, avaliando a potencial de contribuição da escola para estabelecer relações étnico-raciais positivas, visando prevenir e reduzir a discriminação e o preconceito racial. Torna-se importante recorrer a um estudo publicado em 2009 que examinou por meio de abordagem quantitativa as ações discriminatórias no contexto escolar para dar subsídios sobre as desigualdades presentes na escola. (FIPE MEC/INEP, 2009).

TABELA 1: FRASES QUE EXPRESSAM O PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL.

FRASES	DIRETORES	PROFESSORES	FUNCIONÁRIOS	ALUNOS	PAIS
“Os brancos, em geral são mais estudiosos que os negros”	8,5	10,7	14,2	20,2	17,9
“Os cigano não gosta de trabalhar”.	26,6	30,2	45,5	44,4	47,5
“Os negros costumam se exibir mais do que os brancos em ocasiões sociais.”	12,6	14,5	23,2	30,0	24,9
“Os estudantes brancos são mais comportados em sala de aula.”	4,0	4,5	9,9	17,0	11,0
“Índio não precisa das coisas dos brancos”.	8,0	6,5	10,8	18,7	14,7
Pessoas que presenciaram ou tiveram ciência de algum aluno sofrer humilhação devido a cor.	28,6	21,9	16,7	28,7	20,4
Pessoas que presenciaram ou tiveram ciência de algum alu-	2,2	0,8	4,0	7,3	6,3

no sofrer humilhação devido a ser cigano.					
---	--	--	--	--	--

Fonte: Tabela FIPE 2009

Através deste estudo constatou-se, entre outros fatores pesquisados, que entre o percentual de pessoas que concordam com frases que expressam o preconceito étnico-racial a maioria delas são pessoas que estão no comando, que deveriam ser vistos como exemplos. Observando os dados da tabela 1 quanto a frase “os brancos, em geral são mais estudiosos que os negros”, 8,5% são diretores de escola, 10,7 são professores, 14,2 funcionários, 20,2 alunos e 17,9 são pais e mães. Já quando a frase em questão afirma que “cigano não gosta de trabalhar” dos sujeitos que concordam com essa afirmação 26,6 são diretores de escola, 30,2 são professores, 45,5 são funcionários, 44,4 são alunos, 47,5 são pais e mães.

Em outra frase preconceituosa que afirma que “Os negros costumam se exibir mais do que os brancos em ocasiões sociais.” 12,6 % são diretores que concordam, 14,5 são professores, 23,2 são funcionários, 30,0 são alunos e 24,9 são pais ou mães.

Quando a frase em questão é “os estudantes brancos são mais comportados em sala de aula.” Os diretores de escola que concordam são 4,0 %, 4,5% são professores, 9,9 são funcionários, 17,0% são alunos e 11,0 % são pais ou mães.

Quando se afirma que “Índio não precisa das coisas dos brancos” 8,0 são diretores que concordam 6,5 são professores, 10,8 são funcionários, 18,7 são alunos e 14,7 são pais ou mães.

Percebe-se que infelizmente pessoas que estão no comando e que deveriam ser vistos como exemplos apresentam atitudes preconceituosas e discriminadoras fazendo com que se mantenha e conseqüentemente perpetue estas situações de racismo. Os alunos apenas refletem o que vivenciam, pois as pessoas que deveriam estar aptas a orientá-los demonstram não estar.

Outro fator a ser levado em consideração são os resultados da tabela 1 onde representa a porcentagem de indivíduos que presenciaram ou tiveram

ciência de algum aluno sofrer humilhação devido a cor: 28,6 são diretores, 21,9 são professores, 16,7 são funcionários, 28,7 são alunos e 20,4 são pais ou mães.

Quando se trata de ser cigano 2,2 são diretores, 0,8 são professores, 4,0 são funcionários, 7,3 são alunos e 4,3 são pais ou mães. A mesma questão em se tratando de ser índio o percentual é 2,1 são diretores, 1,6 são professores, 2,8 são funcionários, 7,6 são alunos e 6,3 são pais ou mães.

O preconceito está presente em toda sociedade, inclusive no ambiente escolar através de atitudes que geram humilhações, como revelam os resultados da pesquisa sobre ações discriminatórias no ambiente escolar. (FIPE MEC/INEP, 2009).

Levando em consideração o papel da escola e do professor no processo de construção do conhecimento do aluno e de sua formação integral como indivíduo social é importante que todos estejam atentos para que estas atitudes não aconteçam principalmente no espaço das salas de aula. A escola é um espaço privilegiado devido a diversidade existente, todos os profissionais da educação devem estar cientes da importância de intervir nas atitudes discriminatórias.

Deste modo, é necessário a mobilização de todos os envolvidos no processo: gestores, professores, alunos, funcionários, reformulem seus conceitos e atitudes, revisando potenciais influências do racismo em atitudes e práticas.

Torna-se importante que a escola seja percebida como um espaço onde se trabalha a diversidade, como sendo um valor fundamental, onde as diferenças sejam respeitadas e com equidade, ou seja, onde todos não tenham os mesmo direitos, mas sim dar mais para quem tem menos possibilitando assim igualdade de condições.

A Lei 10.639 de 2003 decretou a inclusão do ensino da História e da cultura afro-brasileiras no Ensino Fundamental e Médio. Ela demonstra a preocupação inerente as instâncias governamentais e o seu reconhecimento

da existência da discriminação racial. Contudo a solução para este problema poderia estar no processo educativo, ou seja, dentro do contexto escolar.

Os Direitos Humanos asseguram a todo o ser humano desde o nascimento direitos que facilitem a sua convivência social dentro de uma determinada cultura. O reconhecimento destes direitos e principalmente o respeito às Leis que promovam a igualdade são à base dos debates sobre as questões relacionadas ao preconceito racial.

O trabalho propõe ainda a discussão sobre possibilidades de ação no âmbito escolar que podem contribuir para o enfrentamento das consequências das ações discriminatórias, buscando alternativas para escola no sentido de administrar esse problema de forma que promova a conscientização dos educadores e educandos.

Propõe-se uma abordagem qualitativa para a investigação proposta, conduzida por meio da análise da literatura a por meio de leituras exploratórias; seletivas; analíticas e reflexivas, para interpretações e inferências.

A importância deste estudo está na urgência em se trabalhar a diversidade em contexto escolar, possibilitando o aluno ter conhecimentos fundamentais para intervir nas situações de preconceitos que vivenciar. Bem como não vir a repetir as atitudes discriminatórias que presenciar no ambiente em que está inserido.

Faz-se necessário uma ampla reflexão de todos os profissionais da educação visando reformular suas atitudes relacionadas ao preconceito e discriminação racial sabendo da importância de sua intervenção nas atitudes discriminatórias em âmbito escolar.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou torna-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (LOPES, 2005 apud ROSEMBERG, 1988).

Os profissionais da educação devem ter ciência de que para que sua prática pedagógica possa efetivamente combater a discriminação e o

preconceito deve levar em consideração as afirmações das Leis 10.639/03 e 11.645/08 acima citadas.

Para Cavalleiro (2000), a propagação do preconceito e da discriminação racial é evidente nas escolas através da prática pedagógica que exclui a história dos negros e sua cultura. Segundo esta autora percebe-se que falta reflexão por parte dos profissionais da educação sobre presença de crianças negras e suas particularidades no contexto escolar.

Considerando que as práticas discriminatórias relacionadas ao preconceito racial são constantes no contexto escolar, como também os danos que podem causar tanto para as vítimas como para os opressores faz necessário analisar conceitualmente suas manifestações.

Devido a fatores como, medo, baixa autoestima, ameaças externas, entre outras decorrentes de atitudes de racismo raramente são denunciadas pelos envolvidos no sistema resultando na falta de ações públicas que combatam a discriminação escolar.

Outro problema relevante neste sentido refere-se ao forte preconceito racial veiculado nos livros didáticos. Desde a década de 1970 vem sendo realizadas pesquisas sobre este tema, elas apontam para a degradação do personagem negro nos livros de literatura e didáticos.

Esmeralda Vallati Negrão ao analisar em termos qualitativos trabalhos acadêmicos dos anos 70, como o de Rego (1976) e Nosella (1978), visando a veiculação clara ou implícita do preconceito através dos livros de literatura didática. Devido a forma que era retratado os personagens pretos e mulatos constatou-se a necessidade de resgatar a história da cultura do povo africano no Brasil o acarretou o fortalecimento da identidade do povo negro.

Para Figueira, (1990) é notória a falta do personagem negro como modelo sendo na maioria das vezes ele aparece de forma menosprezada, desqualificando até mesmo sua contribuição na formação cultural do Brasil. Práticas discriminatórias onde os negros são percebidos de forma negativa intelectualmente.

A discriminação em sala de aula manifesta-se em várias versões, porém todas elas têm sua base fundamentada na formação da ideologia social formada sobre o preconceito racial.

Destarte, pretende-se apontar práticas pedagógicas que visem a minimizar os problemas como discriminação e preconceito racial.

3.1 O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA NO COMBATE AO PRECONCEITO E AS ATITUDES DISCRIMINATÓRIAS

Segundo Cavalleiro, 2001, primeiramente é necessário o professor rever seus próprios conceitos ou preconceitos relacionados ao racismo através de constante reflexão.

Biasoli-Alves, 2001 afirma sobre a importância dos adultos questionarem seus comportamentos tendo em vista que as crianças os têm como exemplos sempre analisando diariamente suas atitudes relacionadas ao preconceito.

Para a autora o professor além de aproveitar as circunstâncias relacionadas a diversidade que surgirem deve proporcionar momentos de trabalho sobre o tema. A riqueza da cultura brasileira facilita momentos de intervenções com práticas pedagógicas que demonstrem as diversas transformações que o país sofreu ao longo de sua história.

Os PCNs (BRASIL) apresentam modelos de práticas pedagógicas para desenvolver em sala de aula. Estas estar em sintonia e incorporadas com o contexto escolar evitando-se trabalhar somente em eventos determinados como “O dia da Consciência Negra”.

PINTO (1999), também afirma que a história e cultura do negro não deve somente ser trabalhadas em eventos comemorativos ou folclóricos, para

ele é função do professor promover momentos de trocas de conhecimentos das diversas culturas, valorizando-as em suas especificidades.

Segundo Pereira (1998), o professor deve atuar de forma a promover a afirmação do povo negro sempre buscando reforçar sua imagem positiva. Os negros no Brasil tiveram sua autoestima destruída. É função da escola trabalhar os diversos padrões culturais de beleza, reforçando a beleza individual de cada criança.

Segundo a autora, alguns estudiosos vêm analisando a ideologia da impotência:

“o professor percebe os seus alunos como não educáveis, expectativa que acaba se confirmando. Atitude diferente tem sido detectada nas escolas de classe média, onde há otimismo educacional e, sobretudo, empenho em preservar a imagem da escola, o que se revela na procura num bom relacionamento com os pais e no esforço para que os alunos tenham um bom rendimento”. (Dias, 1979; Hasenbalg, 1987 apud Pinto, 1993, p. 27).

Esta mentalidade é frequentemente encontrada no contexto escolar, torna-se urgente que ocorram mudanças no sentido de combater estas ideias baseando-se sempre numa visão mais digna.

Segundo Regina P. Pinto (1993) atitudes como esta resulta num maior número de reprovação e fracasso escolar comparativamente com os brancos. Desigualdades estas que não se explicam por qualquer tipo de fator externo como socioeconômico ou regional.

Percebe-se então que práticas preconceituosas ocorrem dentro da escola, devido a indiferença com que são tratados os problemas de relações étnico raciais. Muitas vezes crianças negras e pobres são hostilizadas e tratadas como incapazes de aprender.

Para buscar reverter este quadro faz-se necessário promover a conscientização em todo o contexto escolar acabando com o racismo silencioso, bem como, lutar para a implementação de políticas mais justas e igualitárias que promovam a equidade social, com a criação de mais e melhores escolas públicas de qualidade para atender também a demanda de crianças e adolescentes negros.

Percebe-se nas formas como os docentes lidam com conceitos discriminatórios ainda demonstram alguns resquícios do racismo vigente na sociedade. Há necessidade de se formar educadores (as) preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula, mas acima de tudo, preparados para criticar o currículo e suas práticas e sugerir mudanças.

Os profissionais que trabalham com as crianças de educação infantil devem se conscientizar que o seu trabalho além de preparar estas crianças para-anos iniciais do ensino fundamental também é prepará-las para o resto da vida, pois é neste período que são lançadas as bases para todas as aprendizagens futuras. Não se devem educar todos como iguais, mas sim educar nas diferenças. Além de ensinar a respeitar a consciência negra, resgatar as demais etnias.

A formação do povo brasileiro é constituída das memórias que vieram da África, e que hoje se encontram intimamente entrelaçadas em várias dimensões do simbolismo, estas pertencem a todos, sejam brancos ou negros.

Observando a forma como as crianças organizaram suas relações quanto às diferenças étnico-raciais, destaca-se a importância dos profissionais da educação refletir sobre as ações e práticas pedagógicas efetivadas.

Ao interpretar as diferentes linguagens expressadas pelas crianças, estes profissionais podem criar estratégias capazes de desconstruir visões estereotipadas acerca da diversidade étnico-racial, oferecendo condições para que as crianças possam construir uma autoestima positiva.

Tendo em vista que uma das funções primordiais da escola é colaborar para formação integral do educando como também que “as crianças de hoje serão os adultos de amanhã”. Faz-se necessário compreender melhor como se processa essa dinâmica para poder atuar buscando disseminar o preconceito racial e a discriminação.

O reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a educação infantil um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário

observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar.

Atitudes discriminatórias em sala de aula ocorrem também quando um professor classifica seus alunos como bons ou ruins. Estas atitudes devem ser evitadas, pois contribui para perpetuar a discriminação. O professor deve ter em mente que seu papel é a transmissão de conhecimentos e valores que possam agregar positivamente na vida dos alunos aumentando sua autoestima, evitando a reprodução de preconceitos e discriminação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de preconceito e de discriminação étnicos, dentro da escola, confere à criança negra a incerteza de ser aceita por parte dos professores. Esse procedimento pode minar, aos poucos, a sua identidade. À criança branca resta a compreensão de sua superioridade étnica, irreal, e o entendimento da inferioridade, também irreal, dos indivíduos negros.

Pode-se afirmar que essa linguagem contribui para condicionar os negros ao fracasso, à submissão e ao medo, visto que parte das experiências vividas na escola é marcada por humilhações. Em relação a sua origem étnica, experiências sociais positivas são quase inexistentes, o que lhes impossibilita a construção da autoestima positiva.

Pode-se entender, então, que uma despreocupação com a questão étnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência desse questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos à sua volta.

A escola, assim, atua na difusão do preconceito e da discriminação. Tais práticas, embora não se iniciem na escola, contam com o seu reforço, a

partir das relações diárias, na difusão de valores, crenças, comportamentos e atitudes de hostilidade em relação ao grupo negro.

Faz-se necessário reconhecer esse problema, neutralizá-lo no espaço escolar, buscando promover o respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito, através de um estudo aprofundado sobre os processos históricos que conduziram às desigualdades sociais de hoje, como também da valorização da diversidade cultural.

É suma importância investimentos na formação dos profissionais da educação, através de encontros, seminários, cursos de especialização, para que analisem e discutam o problema das relações étnico-raciais no Brasil. Estas ações devem ser bem planejadas e contínuas, para evitar que sejam interrompidas durante seu desenrolar.

Torna-se urgente a tomada de consciência das professoras de suas atitudes discriminatórias para que as crianças negras deixem de sentir-se inferiorizadas em relação às crianças brancas, evitando a evasão escolar e a baixa autoestima afetando seu desempenho escolar.

Apesar da Lei 10.639/03 ainda uma das maiores dificuldades dos gestores e da equipe pedagógica na implementação de planos de ação como o citado neste trabalho é a falta de interesse de muitos profissionais da educação em colocá-lo em prática. Muitos dizem que já tem tantos conteúdos e avaliações a aplicar que consideram desnecessários e muitas vezes percebem este trabalho como uma perda de tempo.

Portanto faz-se necessário mais investimentos na formação destes profissionais para que percebam que não é mais um conteúdo a ser repassado e sim uma mudança completa em suas atitudes e prática pedagógica.

Tanto na formação inicial como na continuada deve-se manter o foco mais do que nunca em estratégias pedagógicas voltadas a inclusão da Lei nos conteúdos visando desconstruir o preconceito racial e a discriminação que

ainda hoje infelizmente continua firme tanto nossas escolas como na sociedade em geral.

Não é mais possível admitir que doze anos após a implementação da Lei profissionais da educação se neguem a integrar a história e a cultura Afrodescendente e indígena em seus conteúdos alegando desconhecimento da obrigatoriedade da Lei. O profissional da educação comprometido com a proposta pedagógica está em constante formação e sempre buscando aprimorar seus conhecimentos.

A qualidade do trabalho de uma determinada escola depende diretamente das pessoas que nela atuam, ou seja, da competência que põem a serviço da educação. O gestor escolar deve traçar estratégias na qual possa dar subsídios a esses profissionais para que possam realizar um trabalho de qualidade.

Debruçar-se sobre o cotidiano escolar, com um olhar observador e perspicaz, a fim de que se possa vislumbrar a escola como realmente é, vem a ser trabalho inerente ao gestor escolar. A gestão escolar constitui dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela se observa a escola e os problemas educacionais globalmente.

O aumento da competência da escola exige maior competência de sua gestão, em vista disso, a formação de gestores passa a ser um desafio para os sistemas de ensino. A busca permanente pela qualidade e melhoria contínua da educação passa pela definição de padrões de desempenho e competências de gestores escolares, de modo a orientar o desenvolvimento na escola e melhoria do trabalho educacional.

O trabalho dos gestores escolares se assenta sobre sua capacidade de liderança, de influenciar a atuação das pessoas para a efetivação dos objetivos educacionais da escola e da superação das limitações naturais de toda organização social, caracterizada pela dinâmica de um conjunto de pessoas com valores, percepções e nível diferenciado de competências.

REFERÊNCIAS

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas**. In: BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; 2001.

BERNARDINO, Joaze (2000). **“Ação Afirmativa no Brasil: A Construção de uma Identidade Negra?”**. In Caetano E. P. Araújo et alii (orgs.), Política e Valores. Brasília, Ed. da UnB

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quartos ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília:MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei LDB : **de diretrizes e bases da educação**: lei n. 9.394/96. De 20 de dezembro de 1996. Brasília 1994.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez foi modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

BRASIL. *Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003* que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação**

nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília2003.

BERND, Z. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994

CAVALLEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**.São Paulo: Summus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofar De Marilena Chauí**. Ed. Ática. São Paulo. 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ERIKSON, E. **Identidade juventude e crise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976

FIGUEIRA, V. M. (1990)” **O preconceito racial na escola**”. Estudo afro-asiáticos, Rio de Janeiro:n. 18, pp 63-72,1990.

HASENBALG, C. A. **Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso**. **Cadernos de Pesquisa**, n.63. São Paulo, 1979. p. 24-26.

PEREIRA, D. M. **Os negros no Brasil: estratégias para a promoção de seus** 1998.

PINTO, R. P. (1993) **“Movimento negro e educação do negro: a ênfase na identidade”**. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez, n.86, pp. 25-38.

PINTO, R. P. **Diferenças étnico-raciais e formação do professor**. **Cadernos de pesquisa**, n. 108, p.199-231, 1999.

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL POLICARPO MIRANDA

ROSEMBERG, Fúvia. **Raça e desigualdade educacional no Brasil**. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 1998

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil – a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Senac, 2001.

SOUZA, Jessé (1997). “**Valores e Estratificação no Distrito Federal**”. In B. F. Nunes (org.), Brasília: A Construção do Cotidiano. Brasília, Paralelo 15

TEIXEIRA, Maria Aparecida S. Bento. **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial e resistência nas vozes de trabalhadores negros**. São Paulo, 1992. Dissertação [mestrado] Psicologia Social. PUC-SP

FIPE. **Relatório analítico final: projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual**. São Paulo: MEC/INEP, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf. Acesso em 17/09/15.

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM LIVROS DIDÁTICOS E INFANTO – JUVENIS. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1279/1280>. Acesso: 20/11/15.

Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n2/a02v24n2>. Acesso em 21/11/15.

FERNANDES, Florestan (1972). O Negro no Mundo do Branco. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

_____(1965). A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo, Dominus Editora/Ed. USP (vol. I).